Tokio Marine Seguradora S.A.

Demonstrações financeiras referentes ao Semestre findo em 30 de Junho de 2017 e relatório dos auditores independentes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Tokio Marine Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tokio Marine Seguradora S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Tokio Marine Seguradora S.A.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

A Tokio Marine Seguradora S.A. submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2017, comparadas ao mesmo período do ano anterior, e acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes.

Cenário Geral

A Tokio Marine Seguradora S.A., subsidiária da Tokio Marine Holdings Inc., o mais antigo conglomerado securitário do Japão e um dos maiores grupos do setor no mundo, anuncia os resultados do primeiro semestre de 2017.

Em um cenário econômico ainda marcado por muitas incertezas, a Tokio Marine registrou um desempenho extremamente positivo, com um crescimento sólido de 13% nos seis primeiros meses do ano, em comparação ao mesmo período de 2016. Neste intervalo, o mercado evoluiu 5,8% (sem VGBL, Saúde e Previdência).

A Tokio Marine reafirma o compromisso de proporcionar tranquilidade e segurança às pessoas e empresas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Desempenho Operacional

De janeiro a junho de 2017, os prêmios emitidos da Seguradora registraram um crescimento de 13% sobre o mesmo período do ano de 2016. A receita líquida de prêmio foi de R$ 2,32 bilhões, contra R$ 2,05 bilhões apurados no ano anterior. O lucro apurado no semestre foi de R$ 67,4 milhões, número 27,4% maior que os R$ 52,9 milhões de junho de 2016.

A Seguradora apresentou um Índice Combinado de 100,9%, contra 102,8% apurados em 2016, o que representa uma efetiva melhora em seu desempenho operacional.

O principal fator para este desempenho é a redução no índice de sinistralidade, que registrou redução de 6,4 pontos percentuais (61,5% no primeiro semestre de 2017, versus 67,9% no mesmo período do ano passado). O índice de despesas de comercialização no período foi de 22,1%, contra 22,9%, representando redução de 0,8%. Quando somadas as despesas administrativas (considerando as despesas com tributos e participações sobre o resultado) mais outras receitas e despesas operacionais e também a receita com emissão de apólices (relacionadas à recuperação do custo do bilhete DPVAT), a Seguradora apurou 15,4%, acréscimo de 1,4% em comparação com os 14,0% de junho de 2016.

O Patrimônio Líquido da Tokio Marine em junho de 2017 alcançou o montante de R$ 1.231,5 milhão (R$ 1.122,3 milhão em dezembro de 2016).

Segmento de Seguros Massificados

O segmento de seguros massificados também registrou no primeiro semestre excelentes resultados em suas principais carteiras. O grande destaque continuou sendo o ramo de Automóvel. Como a única Seguradora que oferece quatro opções de produtos em um mesmo cálculo (Auto, Auto Clássico, Auto Roubo + Rastreador e Auto Popular), a Tokio Marine cresceu 28,1% no período, um número muito superior ao do mercado, que ficou em 5,7%.

Com esta performance excepcional, o *market share* da Seguradora subiu de 7,5%, alcançado em 2016, para 8,8%. Além da evolução de participação de mercado, a Tokio Marine mantém um ótimo desempenho de rentabilidade há cerca de 7 anos, com uma das melhores sinistralidades do mercado. Atualmente, possui 1,37 milhão de veículos segurados.

Em reconhecimento a este trabalho, a Tokio Marine foi eleita como melhor Seguradora de automóvel na 1ª edição do Prêmio Estadão Finanças Mais, ranking nacional elaborado pelo jornal em parceria com a consultoria Austin Rating, cujo intuito é traçar um raio-X das empresas líderes do setor financeiro no País, através de indicadores como desempenho, crescimento e liderança de mercado.

Na carteira de Ramos Diversos, o crescimento total foi de 12,7%. Os seguros Residencial e Condomínio tiveram performances relevantes, com crescimentos de 24,4% e 8,1%, respectivamente, nos seis primeiros meses do ano.

Segmento de Produtos Pessoa Jurídica

No primeiro semestre de 2017, a Companhia manteve sua posição entre as cinco maiores do setor em prêmio emitido líquido e reduziu a sinistralidade em 20%, considerando as principais carteiras de seguros pessoa jurídica.

Entre os destaques da primeira metade do ano, está o desempenho do seguro de Responsabilidade Civil Geral, com um crescimento de 78,6%. Atualmente, a Seguradora é a líder deste segmento, com um *market share* de 23%. Na mesma linha, com 13,4% de participação de mercado, a Tokio Marine é hoje também a maior seguradora de Riscos de Engenharia do País. As carteiras de Garantia (25,7%); D&O (17,4%); Empresarial (11,5%) e Transporte Consolidado (9,1%) também apresentaram crescimento mesmo com a crise econômica.

A Seguradora entende que Grandes Riscos são um investimento de longo prazo e manterá a estratégia de atuação na área, baseada na sinergia entre as áreas técnica e comercial e na oferta de produtos e serviços de excelência aos Corretores especialistas e Clientes.

Inovações em Produtos

Em 2017, a Tokio Marine ampliou sua linha de produtos, com destaques para:

- **Vida Individual** – Lançado em Abril, este produto se diferencia das opções disponíveis no Mercado pela customização com opções personalizadas de coberturas para homens, mulheres e público sênior; e pela ampla gama de serviços oferecidos aos segurados, que contam com coberturas específicas para doenças graves, diagnósticos de câncer, diárias para internação (quarto e UTI) e assistências, além das coberturas básicas de morte e invalidez.

- **Vida Convenções Coletivas -** foi desenvolvido para atender os acordos coletivos de trabalho. Além da cobertura básica de morte, o seguro conta com coberturas adicionais como indenização especial por morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, diárias por incapacidade temporária por acidente e/ou doença, renda por internação hospitalar, auxílio medicamento em caso de acidente, auxílio alimentação, auxílio natalidade, doenças congênitas de filhos, entre outros, conforme estabelecido em cada Convenção**.**

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Tokio Marine possui em suas estruturas áreas e comitês focados em auxiliar as primeiras linhas de defesa da Companhia no estabelecimento de controles adequados aos riscos inerentes à realização de suas atividades, para garantir com razoável certeza o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal, bem como fortalecendo os princípios que privilegiam a transparência, a equidade e o respeito aos seus Acionistas e Clientes.

Neste sentido, a Seguradora mantém em sua estrutura um Comitê de *Enterprise Risk Management* (ERM), com reportes periódicos à Diretoria e ao Conselho de Administração e que tem como objetivo tratar das questões inerentes à gestão de risco, onde as informações são centralizadas, analisadas, priorizadas e monitoradas, incluindo políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, mercado, crédito, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios.

Para fortalecer cada vez mais a Governança Corporativa, a Tokio Marine realiza diversas ações a fim de atualizar e reforçar seu posicionamento em relação aos mais variados temas, incluindo treinamentos presenciais sobre *Compliance*, Código de Conduta, Prevenção a Lavagem de Dinheiro, Anticorrupção e Sanções para as áreas chaves da Companhia, além de disseminação dos fundamentos de gestão de riscos em todos os níveis da Seguradora. Visando a melhoria contínua, a Seguradora reforça também seus processos e sistemas relacionados à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, auxiliando as primeiras linhas de defesa para a aceitação de riscos com maior segurança.

A Seguradora conta ainda com um Comitê de Auditoria composto por membros independentes, que atuam em apoio ao Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relacionadas ao pleno atendimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora, a manutenção de sistemas de controles internos efetivos, a elaboração de Demonstrações Financeiras fidedignas e elaboradas de acordo com as normas contábeis aplicáveis, ao desempenho das atividades de auditoria interna e externa de forma independente e efetiva.

Clima Organizacional

Diferenciais como a criação de grupos de orientação para gestantes, disponibilização de fisioterapeutas para futuras mães, assistência social e outros benefícios levaram a Tokio Marine a ser destaque entre as "Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar – GPTW Brasil", conduzida pelo Great Place to Work® Brasil. A Companhia alcançou a 3ª posição do ranking e é a primeira seguradora a aparecer na lista.

O Great Place to Work® lançou o ranking das Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar em comemoração aos seus 20 anos de atuação nacional. A iniciativa se deu por conta dos avanços da igualdade de gênero e para redobrar a atenção para esse tema, além de ajudar as organizações brasileiras a combaterem diferenças no tratamento de homens e mulheres.

Responsabilidade Social Corporativa

A Tokio Marine participa em ações de desenvolvimento sustentável, tais como coleta seletiva de lixo, instalação de coletores de pilhas e a realização de campanhas internas periódicas sobre o consumo consciente de água e luz.

E pelo 6º. Ano consecutivo, participou mais uma vez da Hora do Planeta, campanha mundial desenvolvida pela World Wildlife Fund (WWF).

Firmamos uma parceria com a ONG Rapunzel Solidária, em apoio a mulheres no tratamento contra doenças que causam queda de cabelo.

Reconhecimento

A Tokio Marine Seguradora S.A. exalta e agradece a atuação de seus Colaboradores, Corretores, Assessorias e Clientes pela dedicação, comprometimento e relacionamento. Reconhece ainda seus Acionistas pela confiança, a Superintendência de Seguros Privados – Susep e demais Órgãos Reguladores pela forma competente e correta com que se relacionam com a Seguradora.

São Paulo, 31 de Agosto de 2017.

A Administração

Tokio Marine Seguradora S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	2.979.183	2.729.198
Disponível	52.832	62.039
Caixa e bancos	52.832	62.039
Aplicações (Nota 6)	635.437	582.689
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.246.286	1.105.716
Prêmios a receber (Nota 7.1)	1.193.067	1.049.593
Operações com seguradoras	10.238	10.002
Operações com resseguradoras (Nota 7.2.1)	42.981	46.121
Outros créditos operacionais (Nota 7.3)	102.738	85.223
Ativos de resseguro e retrocessão (Nota 8)	487.051	460.092
Títulos e créditos a receber	37.444	37.045
Títulos e créditos a receber	3.943	3.392
Créditos tributários e previdenciários (Nota 9.1.1)	25.460	28.422
Outros créditos	8.041	5.231
Outros valores e bens (Nota 10)	47.693	57.260
Bens à venda	47.220	56.644
Outros valores	473	616
Despesas antecipadas	9.687	4.936
Custo de aquisição diferidos (Nota 11)	360.015	334.198
Seguros	360.015	334.198
Não circulante	3.340.437	3.135.448
Realizável a longo prazo	3.287.056	3.082.151
Aplicações (Nota 6)	2.204.242	1.985.453
Créditos das operações com seguros e resseguros	9.065	11.996
Prêmios a receber (Nota 7.1)	9.065	11.996

Passivo e patrimônio líquido	30/06/2017	31/12/2016
Circulante	3.886.356	3.593.053
Contas a pagar	210.766	244.912
Obrigações a pagar (Nota 15.1)	88.735	135.193
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 15.2)	87.503	76.622
Encargos trabalhistas (Nota 15.3)	27.073	19.588
Impostos e contribuições (Nota 9.1.2)	7.455	13.509
Débitos de operações com seguros e resseguros	478.774	432.927
Prêmios a restituir	691	3.869
Operações com seguradoras	13.265	13.545
Operações com resseguradoras (Nota 7.2.2)	237.422	208.498
Corretores de seguros e resseguros (Nota 7.4)	191.037	175.456
Outros débitos operacionais (Nota 7.5)	36.359	31.559
Depósitos de terceiros (Nota 16)	28.972	14.889
Provisões técnicas - seguros (Nota 17.1)	3.167.752	2.900.325
Danos	3.049.626	2.784.690
Pessoas	115.895	114.459
Vida individual	2.231	1.176
Outros débitos	92	-
Instrumentos financeiros derivativos	92	-
Não circulante	1.201.754	1.149.304
Contas a pagar	48.401	37.959
Obrigações a Pagar (Nota 15.1)	27.483	25.595
Tributos diferidos (Nota 9.1.2)	20.918	12.364

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tokio Marine Seguradora S.A.

Balanço patrimonial

Em milhares de reais **(continuação)**

Ativo	30/06/2017	31/12/2016
Ativos de resseguro e retrocessão (Nota 8)	120.506	121.466
Títulos e créditos a receber	935.814	948.677
Créditos tributários e previdenciários (Nota 9.1.1)	294.725	296.283
Créditos tributários e previdenciários - prejuízo fiscal (Nota 9.1.1)	82.854	82.854
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 12)	550.482	561.781
Outros créditos operacionais	7.753	7.759
Custo de aquisição diferidos (Nota 11)	17.429	14.559
Seguros	17.429	14.559
Investimentos	1.321	1.360
Participações societárias	1.112	1.151
Outros investimentos	209	209
Imobilizado (Nota 13)	25.501	24.316
Imóveis de uso próprio	9.963	10.013
Bens móveis	13.531	11.923
Outras imobilizações	2.007	2.380
Intangível (Nota 14)	26.559	27.621
Outros intangíveis	26.559	27.621
Total do ativo	6.319.620	5.864.646

Passivo e patrimônio líquido	30/06/2017	31/12/2016
Provisões técnicas - seguros (Nota 17.1)	661.850	614.860
Danos	580.299	535.099
Pessoas	57.951	55.540
Vida individual	23.600	24.221
Outros débitos	485.663	490.833
Provisões judiciais (Nota 18.1)	485.663	490.833
Débitos diversos	5.840	5.652
Débitos diversos	5.840	5.652
Patrimônio líquido	1.231.510	1.122.289
Capital social (Nota 19.1)	667.473	599.780
Reservas de capital (Nota 19.2)	226.483	226.483
Reservas de reavaliação (Nota 19.3)	8	8
Reservas de lucros (Nota 19.4)	298.054	298.054
Ajuste de avaliação patrimonial	12.829	(1.958)
Ações em tesouraria	(78)	(78)
Lucros Acumulados	26.741	-
Total do passivo e patrimônio líquido	6.319.620	5.864.646

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tokio Marine Seguradora S.A.

Demonstração do resultado semestres findos em 30 de Junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações e o lucro líquido por ação

	30/06/2017	30/06/2016
Prêmios emitidos (Nota 22)	2.318.920	2.052.347
Variação das provisões técnicas de prêmios	(234.890)	(95.599)
Prêmios ganhos (Nota 23.1)	2.084.030	1.956.748
Receita com emissão de apólices – DPVAT	4.845	4.611
Sinistros ocorridos (Nota 23.2)	(1.281.188)	(1.328.285)
Custo de aquisição (Nota 23.3)	(460.928)	(447.919)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 24)	(57.612)	(20.361)
Resultado com resseguro	(38.124)	39.609
Receita com resseguro (Nota 25.1)	180.212	244.496
Despesa com resseguro (Nota 25.2)	(207.369)	(202.924)
Outros resultados com resseguro (Nota 25.3)	(10.967)	(1.963)
Despesas administrativas (Nota 26)	(197.916)	(186.754)
Despesas com tributos (Nota 27)	(63.557)	(59.021)
Resultado financeiro (Nota 28)	117.950	151.941
(=) Resultado operacional	107.500	110.569
Ganhos / (Perdas) com ativos não correntes	135	194
(=) Resultado antes dos impostos e participações	107.635	110.763
Imposto de renda (Nota 9.3)	(18.299)	(24.908)
Contribuição social (Nota 9.3)	(14.535)	(19.787)
Participações sobre o lucro	(7.372)	(13.144)
Lucro líquido do semestre	67.429	52.924
Quantidade de ações	2.646.299.136	2.500.520.388
Lucro líquido por ação - R$	0,025	0,021

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tokio Marine Seguradora S.A.

Demonstração do resultado abrangentes para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	30/06/2017	30/06/2016
Lucro líquido do semestre	67.429	52.924
Componentes do resultado abrangente		
Ajustes de avaliação patrimonial ativos disponíveis para venda e outros	29.369	67.507
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente	(14.582)	(33.516)
Total do resultado abrangente para o semestre, líquido de efeitos tributários	82.216	86.915

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tokio Marine Seguradora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

Em milhares de reais

					Reserva de lucros					
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Resevas de capital	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**547.768**		**226.294**	**8**	**30.894**	**290.063**	**(47.102)**		**(78)**	**1.047.847**
Aumento de capital										
Aprovado conforme assembleia geral extraordinária de 31 de março de 2016		52.012								52.012
Outros resultados abrangentes										
Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros							33.991			33.991
Reservas de Capital										
Outras resevas de capital			178							178
Reservas Estatutárias										
Distribuição de Dividendos						(84.909)				(84.909)
Lucro Líquido do Semestre								52.924		52.924
Saldos em 30 de Junho de 2016	**547.768**	**52.012**	**226.472**	**8**	**30.894**	**205.154**	**(13.111)**	**52.924**	**(78)**	**1.102.043**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**599.780**		**226.483**	**8**	**37.866**	**260.188**	**(1.958)**		**(78)**	**1.122.289**
Aumento de capital										
Aprovado conforme assembleia geral extraordinária de 31 de março de 2017		67.693								67.693
Aprovação conforme Portaria SUSEP nº 371 de 24 de maio de 2017	67.693	(67.693)								
Outros resultados abrangentes										
Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros							14.787			14.787
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE								67.429		67.429
Proposta para Distribuição dos lucros										
Reserva legal										
Reserva estatutária										
Juros sobre o Capital										
								(40.688)		(40.688)
Saldos em 30 de Junho de 2017	**667.473**	**-**	**226.483**	**8**	**37.866**	**260.188**	**12.829**	**26.741**	**(78)**	**1.231.510**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tokio Marine Seguradora S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016
Método Indireto
Em milhares de reais

	30/06/2017	30/06/2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	67.429	52.924
Ajustes para		
Depreciação e amortizações	9.393	4.955
Perda / (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	12.414	1.069
Perda / (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(135)	(194)
Outros Ajustes (Créditos fiscais e previdenciários)	4.521	35.154
Variação nas contas patrimoniais		
Aplicações	(318.684)	(206.272)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(146.079)	(33.080)
Ativos de resseguro	(25.999)	(154.752)
Depósitos judiciais e fiscais	8.604	5.002
Despesas antecipadas	(4.751)	(3.377)
Custos de aquisição diferidos	(28.687)	(12.419)
Outros ativos	(12.581)	(15.832)
Impostos e contribuições	48.528	40.251
Débitos de operações com seguros e resseguros	45.847	14.353
Depósitos de terceiros	14.083	(9.691)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	314.417	318.263
Provisões judiciais	(5.170)	(15.373)
Outros passivos	(13.464)	(58.112)
Caixa consumido pelas operações	(30.314)	(37.131)
Juros recebidos	47.146	46.298
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	22	20
Impostos sobre o lucro pagos	(43.701)	(26.880)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(26.847)	(17.693)
Atividade de investimento		
Recebimento pela venda	295	256
Investimentos	68	4
Imobilizado	227	252
Pagamento pela compra	(9.660)	(1.884)
Investimentos outros	-	(79)
Imobilizado	(4.527)	(1.311)
Intangível	(5.133)	(494)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(9.365)	(1.628)
Atividade de financiamento		
Aumento de capital	67.693	52.012
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Própiro	(40.688)	(84.909)
Outras reservas de capital	-	178
Caixa líquido consumido/gerado nas atividades de financiamento	27.005	(32.719)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.207)	(52.040)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	62.039	100.414
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	52.832	48.374

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Tokio Marine Seguradora (doravante referida como "Tokio Marine" ou "Seguradora"), é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Rua Sampaio Viana, nº 44 em São Paulo (SP) – Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros, estando autorizada a operar em todos os seguros de ramos elementares e de vida.

A Seguradora é controlada pela Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co. Ltd. (principal subsidiária da Tokio Marine Holdings Inc. com sede no Japão) que detém 97,75% de seu capital.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 31 de Agosto de 2017.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendadas pela SUSEP através das Circulares 517/2015 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para assegurar a consistência entre os critérios de apresentação e melhores condições de comparabilidade entre os semestres desta divulgação, a Seguradora reclassificou R$ 78.546 relativos as despesas com administração de apólices que encontravam-se registrados na rubrica de Outras Despesas Operacionais para Custos de Aquisição em Junho/2016, em conformidade com as orientações emitidas pelo seu regulador.

3 Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Seguradora é apresentada em reais (R$), que também é a moeda funcional.

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o numerário em caixa e os depósitos bancários.

3.3 Ativos financeiros – mensuração e classificação

Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos.

Os ativos financeiros apresentados como "Valor justo por meio do resultado" e "Disponíveis para venda", são ajustados na data do balanço pelo seu valor justo.

(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado.

São classificados no circulante independentemente do seu prazo de vencimento.

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponível para venda ou que não são classificados como "Empréstimos e recebíveis" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos.

(c) Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguros" e "Demais contas a receber".

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, reconhecidos pelo prazo de vencimento das parcelas.

(d) Determinação do valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo, se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir da B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão (BM&FBOVESPA S.A.), distribuidor, corretor, serviços de

precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrerem regularmente em bases puramente comerciais.

Estes instrumentos compreendem:

- Fundos de investimento avaliados pelo valor da cota, informados pelos administradores dos fundos na data do balanço.
- Títulos públicos e debêntures classificados na categoria "Disponíveis para venda" com valor de mercado calculado, com base no Preço Unitário de Mercado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).
- As ações de Sociedade de Capital Aberto com valor de mercado calculado com base na cotação do último dia do mês, informado pela B3 S.A Brasil, Bolsa, Balcão (BM&FBOVESPA S.A.).
- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1).
- Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo, com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto (Nível 2).

3.4 *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (recebíveis)

Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado do período.

A Seguradora reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros e cosseguros com base em estudo técnico elaborado em consonância com as normas em vigor estabelecidas pela SUSEP.

Para os ativos de resseguro a recuperar a Seguradora utiliza metodologia própria para avaliar qualquer evidência de perda na recuperabilidade do ativo, e se for constatado a deterioração do ativo esta é reconhecida diretamente no resultado do período.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados anualmente para assegurar-se de que são recuperáveis.

Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável por meio da venda ou uso.

3.5 Avaliação de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores por sinistros e pela parcela proporcional das provisões técnicas (PPNG, IBNR, IBNeR e PDR) de contratos de seguro objeto de operações de resseguro, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a

resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro líquidos de comissões.

3.6 Custos de Aquisição Diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes à Comissões e agenciamentos relativos à comercialização de planos de seguros de automóvel, bens e vida.

As comissões de seguros são diferidas pelo prazo de vigência dos contratos.

3.7 Ativos intangíveis

Licenças de uso de softwares adquiridas

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e customizá-los para utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos.

Canais para Comercialização de Seguros

A Seguradora é parte em contratos que asseguram a exclusividade de acesso de canais para comercialização de seguros. Os custos desses direitos são registrados no ativo intangível e apropriados para o resultado ao longo do prazo de vigência contratual.

3.8 Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo, reduzido por depreciação acumulada calculada de acordo com a vida útil dos ativos.

Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente.

3.9 Contratos de arrendamento mercantil (*leasing*)

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas de arrendamentos operacionais são registradas no exercício, durante o período do arrendamento.

3.10 Ativos não financeiros disponíveis para venda

Tratam-se basicamente de bens a venda referentes a estoque de salvados recuperados, disponíveis para venda. Mensalmente estes ativos são avaliados e registrados ao seu valor estimado de realização.

3.11 Contratos de seguro e contrato de investimentos - classificação

A Seguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Seguradora define como regra geral, risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos, caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de investimentos são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro, a Seguradora não identificou este tipo de contrato na data do balanço.

Os contratos de resseguros também são classificáveis segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 - "Contratos de Seguro", correspondente ao IFRS 4.

3.12 Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

3.12.1 Passivos de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhados em Nota Técnica Atuarial.

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando reservar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos – PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora.

(d) Ajuste de IBNeR, que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros a partir de triângulos de *run-off*.

(e) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro.

(f) A Provisão de Despesas Relacionadas – PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros quanto àquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de forma agrupada.

(g) Uma estimativa do valor de recuperações por salvados e ressarcimentos com base na expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos que estejam relacionados aos sinistros ocorridos e não liquidados, avisados ou não.

3.12.2 Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* (LAT))

Em cada data de balanço, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste, de acordo com o CPC 11 e com os critérios mínimos determinados pela Circular SUSEP nº 517/2015.

O Teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas, operacionais, de liquidação de sinistros, tributos e deduzindo-se os custos de aquisição. Retornos de investimentos, custos de resseguro e o adicional de fracionamento não são considerados.

Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são agrupados por similaridade, o que obedece ao padrão de gerenciamento estabelecido pela Seguradora. As projeções de sinistros a ocorrer foram elaboradas com base no histórico de sinistralidade observada.

Foram ainda consideradas, quando pertinentes, as receitas decorrentes de salvados e ressarcimentos de terceiros como um fator redutor na execução do Teste de Adequação de Passivos.

Para ramos com característica de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo.

Nos contratos de Vida Individual os fluxos de caixa futuros são estimados com base na Tábua de Mortalidade BR-EMS male, conforme determina a regulamentação em vigor. A taxa de juros contratada para esta operação é de 6% ao ano em adição à correção monetária pelo IGP-M.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco - ETTJ, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação IPC-A, a exceção dos fluxos de Vida Individual para os quais é considerado o indexador da obrigação IGP-M. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste em referência, a Seguradora reconhece imediatamente a perda na Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

Para o período avaliado não foram encontradas insuficiências nos grupos analisados.

3.13 Benefícios a empregados

A Seguradora é patrocinadora de plano de aposentadoria para seus funcionários no Itaú - Fundo Multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas de forma facultativa pelo participante através de contribuição normal, com contrapartida de 100% deste valor pela patrocinadora e outra parcela através de participação voluntária. A patrocinadora participa com a contribuição básica para salários acima de certo limite. Aos participantes eleitos, os benefícios por aposentadoria, por incapacidade e por morte, são pagos em parcelas mensais por prazo certo de 15 a 30 anos.

Outros benefícios de longo prazo, como continuidade no plano de assistência médica na aposentadoria ou desligamento e provisão para gratificação por tempo de serviço denominada "Jubileu", foram calculados atuarialmente e provisionados em outras obrigações (nota 15.1).

A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas, segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

Demais benefícios de curto prazo, concedidos para seus empregados são: plano de saúde e odontológico, alimentação e seguro de vida.

3.14 Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

3.15 Outras provisões, ativos e passivos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos judiciais são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

3.16 Políticas contábeis para reconhecimento de receita e despesa

3.16.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião de suas emissões e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco.
- As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas aos resseguradores são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/ apólice.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados, conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

3.16.2 Receita de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre os parcelamentos de prêmio de seguro são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.16.3 Imposto de renda e contribuições

A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% após setembro de 2015, conforme disposto na Lei nº13.169 de 06 de outubro de 2015. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R$ 240 anuais (R$ 120 no semestre).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre, ativos, passivos e valores contábeis, nas alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social (20% para as provisões com expectativa de realização antes de 2018).

As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, que considera na totalidade as receitas de prêmios e as receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das provisões técnicas.

3.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual. Os dividendos mínimos estabelecidos no Estatuto Social são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício social, no pressuposto de sua aprovação pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação em vigor.

3.18 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
A IFRS 9 (CPC 48) vem a substituir a IAS 39 (CPC 38) – Antiga norma para Instrumentos Financeiros. Visa facilitar o entendimento das informações de instrumentos financeiros e aprimorar os registros de modo que a informação produzida possa servir como base para a gestão de negócios. No que tange a contabilização, houve mudanças nos critérios de aplicação do Impairment , novos requerimentos sobre Hedge e também novas regras de classificação e mensuração de ativos financeiros. A norma tem obrigatoriedade a partir de janeiro de 2018, mas para as seguradoras há a possibilidade de se adequar apenas em 2021 (quando entrará em vigência o IFRS 17 – Contratos de Seguros) para não correrem o risco de sofrerem com o descasamentos de ativos e passivos, ou volatilidade no resultado.

IFRS 15 – Reconhecimento da Receita

A norma (traduzida como CPC 47) exige que as empresas reconheçam as receitas de serviços de acordo com as obrigações de performance descritas nos contratos. Não é aplicável a receitas financeiras, receitas de arrendamentos nem de contratos de seguros, porém, cabe as seguradoras verificar se há componentes de serviço que atualmente seja reconhecido com os contrato de seguro e aplicar o IFRS 15 para esses itens.

IFRS 16 – Arrendamento Mercantil

A revisão do CPC 06 exige que todos os arrendamentos mercantis, sejam eles arrendamentos financeiros ou arrendamentos operacionais para o balanço da arrendatária, classificando o arrendamento como um direito de uso (ou junto a um grupo de ativos no qual o bem arrendado seria classificado caso fosse comprado pela arrendatária) e no lado do passivo, trazer toda a projeção dos pagamentos do principal e os pagamentos contingentes a valor presente. No caso de seguradoras, essas exigências afetam negativamente a solvência, pois os direitos de uso não serão considerados no cálculo, mas a dívida dos pagamentos trazidas ao valor presente sim. A norma tem obrigatoriedade a partir de janeiro de 2019.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A nova norma sobre Contratos de Seguros vem para substituir a IFRS 4 e tem obrigatoriedade a partir de janeiro de 2021. Traz muitas mudanças nos cálculos de reservas de prêmios e reservas de sinistros com dois modelos de mensuração dos contratos: O PAA (Premium Allocation Approach) não traz mudanças consideráveis se comparado ao modelo praticado atualmente, mas o BBA (Building Block Approach) exige que os contratos de seguro sejam divididos em blocos e trazidos a valor presente. Nos casos de reservas de prêmio, as companhias poderão mensurar usando o PAA se o contrato tiver vigência menor ou igual a doze meses ou se quando trazido a valor presente não apresente diferença significativa, caso contrário, será aplicável apenas o BBA. Já reservas de sinistro só poderão ser mensuradas pelo BBA. Outra mudança importante é que os contratos onerosos não poderão ser diferidos no para resultado como os contratos lucrativos, serão lançados em resultados em sua totalidade assim que a companhia verificar que o resultado dele é deficitário. Há também um terceiro modelo de mensuração chamado VFA (Variable Fee Approach). É um método que deriva do BBA e é possível aplicar apenas aos contratos de seguro participantes. Se trata de casos de contratos de seguro direto em que todos os prêmios recebidos desses contratos seriam utilizados em um fundo de investimentos e os retornos financeiros seriam pagos aos segurados em suas totalidades. Esta modalidade de contrato não é usual no Brasil.

4 Estimativas contábeis significativas e julgamentos

As estimativas contábeis signigicativas e os julgamentos são continuamente avaliados pela Administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Os principais componentes em que a Administração mais excerce o julgamento e utiliza estimativas são:

- Contratos de Seguros (Nota 3.11);
- Ativos financeiros (Nota 3.4 (a));
- Processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 3.15);
- Créditos Tributários (Nota 3.16.3);

5 Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros

A Seguradora está exposta a uma série de riscos relacionados a sua atividade e para o adequado gerenciamento destes riscos utiliza critérios e políticas que estão suportados por procedimentos de identificação, análise, tratamento e controle de riscos. A gestão realizada trata do risco de Seguro, que é realizada de acordo com os segmentos de atuação, automóvel, bens e vida, risco financeiro, que compreende o risco de mercado, liquidez e crédito e risco operacional.

5.1 Gestão de risco de seguro

Os segmentos de gestão de riscos de seguros na Seguradora são Automóvel, Bens e Vida

(a) Concentração de risco por região

Prêmios emitidos – 30/06/2017

Ramos agrupados	SP	RJ	MG	ES	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Automóvel	560.571	167.929	182.333	25.618	222.087	130.360	31.677	154.836	1.475.411
Bens (*)	371.849	61.381	45.291	9.941	96.756	41.591	18.271	37.040	682.120
Vida	78.969	22.259	15.070	1.098	18.159	10.882	2.194	12.758	161.389
	1.011.389	251.569	242.694	36.657	337.002	182.833	52.142	204.634	2.318.920

Prêmios emitidos – 30/06/2016

Ramos agrupados	SP	RJ	MG	ES	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Automóvel	434.750	125.777	135.950	21.887	180.174	109.101	31.967	146.704	1.186.310
Bens (*)	342.505	69.586	45.957	9.241	105.384	39.559	27.708	52.166	692.106
Vida	75.688	30.100	16.352	906	18.325	16.212	2.502	13.846	173.931
	852.943	225.463	198.259	32.034	303.883	164.872	62.177	212.716	2.052.347

(*) Compreendem os ramos de Responsabilidade e Riscos Financeiros.

Os riscos são subscritos com base na proposta de seguros que contém todos os dados relevantes para aceitação e precificação do risco. As políticas e procedimentos de subscrição definem as diretrizes e regras de alçadas de aprovação conforme discriminação de papéis e responsabilidade, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis.

Os procedimentos, conforme Manual de Subscrição, estão centralizados na matriz e sujeitos também às leis e regulamentos instituídos pelos órgãos fiscalizadores e reguladores do mercado segurador brasileiro, código civil, código comercial e código de defesa do consumidor.

Os resultados são acompanhados e discutidos por linha de produtos, de canais de vendas, de regiões e de cada segmento de risco, de forma que se possa identificar fatores que possam impactar na apuração do resultado.

No Automóvel, as análises utilizadas no gerenciamento dos riscos buscam tarifar de maneira justa por tipo de risco e considera a frequência de sinistralidade, frequência por região, por veículo, por perfil do condutor e por cobertura.

A Seguradora possui um Comitê de Produto Automóvel, com participação de diversos níveis da Administração com o objetivo de avaliar o desempenho da carteira, além de aprovar e revisar os métodos e critérios adotados para o gerenciamento do risco. Através de uma política adequada de regulação de sinistros, visa reduzir ao máximo o tempo entre o cadastro e o pagamento e também que o valor do aviso esteja o mais próximo possível da liquidação, reduzindo a necessidade de reestimativas.

Para fins de análise da sensibilidade em resultados, foram utilizados os sinistros retidos e as despesas com liquidação de sinistros em função de sua relevância na precificação de riscos.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
	30/06/2017		**30/06/2016**	
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(37.309)	(37.310)	(39.379)	(39.379)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	37.309	37.310	39.379	39.379
Aumento de 16% nas despesas com liquidação de sinistros	(1.737)	(1.736)	(1.498)	(1.498)
Redução de 16% nas despesas com liquidação de sinistros	1.737	1.736	1.498	1.498

Para o segmento de bens, a Seguradora mantém contratos de resseguros para garantir que os níveis adequados de riscos sejam mantidos em relação ao capital. Estes contratos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor e a conformidade é monitorada pela Superintendência de Resseguros. Existem procedimentos também para evitar cessão de resseguro para uma empresa com preocupações de segurança financeira.

A Seguradora mantém um Comitê de *Security* para discutir e decidir sobre tópicos importantes com relação à segurança das resseguradoras e Corretores de resseguros. Os tratados mantém a retenção de forma otimizada visando garantir resultados líquidos adequados.

Os procedimentos de análises são realizados com o apoio de Corretores de resseguros e em conjunto com

as áreas Atuarial e Estatística, para se obter os melhores resultados possíveis. As possíveis alterações nos contratos de resseguros são devidamente comunicadas às áreas de subscrição e de produtos para que mudanças no clausulado e sistemas sejam realizadas sempre que necessárias.

A Seguradora possui um processo de prevenção de perdas, que consiste em identificar e mapear os riscos, avaliando os possíveis impactos operacionais e financeiros. A análise e os fatores contribuintes permitem a identificação das vulnerabilidades na operação e seus impactos, controlando a sinistralidade, identificando os níveis de ameaça, os percentuais de perda e a gestão aplicada sobre o desempenho das gerenciadoras de risco. A partir da identificação, são propostas e colocadas em prática, ações preventivas monitoradas, que visam corrigir cada nível de ameaça identificado.

Para fins de análise da sensibilidade em resultados, foram utilizados os sinistros retidos e as despesas com liquidação de sinistros em função de sua relevância na precificação de riscos.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes

	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
	30/06/2017		**30/06/2016**	
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(17.613)	(9.754)	(12.193)	(5.798)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	17.613	9.754	12.193	5.798
Aumento de 15% nas despesas com liquidação de sinistros	(2.955)	(2.197)	(1.251)	(980)
Redução de 15% nas despesas com liquidação de sinistros	2.955	2.197	1.251	980

A Seguradora também atua no segmento de pessoas, nas modalidades de vida, acidentes pessoais e prestamista, com diversos tipos de coberturas. A venda realizada pelos Corretores através dos seguintes canais: Corporate, Varejo e Afinidades.

Os produtos de vida comercializados pela Seguradora oferecem como cobertura principal, indenização paga em caso de morte do segurado, em contraprestação ao pagamento dos prêmios mensais, comercializados em regime de repartição simples.

O risco é avaliado e tratado de acordo com as condições de contratação e necessita como premissa atuarial, da disponibilização da base de dados com as informações detalhadas do grupo segurável, necessários para fins de tarifação justa. Além disso, necessita de informações de sinistralidade anterior, utilização de tábuas biométricas aprovadas pela legislação vigente e que apresentem a melhor estimativa de mortalidade para a massa segurável, contratos de resseguros e política de alçadas.

Para fins de análise da sensibilidade em resultados, em função da relevância na precificação de riscos, foram utilizadas premissas de prêmio de risco da carteira e de despesas com a liquidação de eventos.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
	30/06/2017		30/06/2016	
Premissas atuariais	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Agravo de 5% no prêmio de risco	(2.943)	(2.899)	(2.276)	(2.243)
Redução de 5% no prêmio de risco	2.943	2.899	2.276	2.243
Agravo de 15% nas despesas com liquidação de eventos	(85)	(85)	(50)	(50)
Redução de 15% nas despesas com liquidação de sinistros	85	85	50	50

5.2 Capital adicional para risco de subscrição, crédito não relacionado a investimento operacional

O capital relativo ao risco de subscrição objetiva cobrir perdas inesperadas nas operações de seguros advindas, direta ou indiretamente, das bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e de provisões de sinistros.

A parcela de capital relativa ao risco de crédito objetiva cobrir eventuais perdas decorrentes do descumprimento ou da alteração na qualidade de crédito das contrapartes da Seguradora.

Já o capital relativo ao risco operacional, objetiva cobrir falhas e deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, sistemas, fraudes e eventos externos.

Utilizando-se do benefício de reduzir o capital mínimo requerido regulatório, a Seguradora empreendeu esforços e desenvolveu modelo interno para o risco de subscrição o qual respeita os parâmetros mínimos exigidos. Em linha com evolução da discussão de capital baseado em riscos, a Tokio Marine desenvolveu ainda modelos internos de cálculo de capital para os riscos de crédito não relacionados a investimentos e para o risco operacional.

Adicionalmente, a fim de auxiliar a Administração na tomada de decisões a Seguradora desenvolveu relatório para o acompanhamento dos resultados da quantificação dos riscos.

5.3 Resumo da estrutura de gerenciamento de risco

Em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa, a Tokio Marine possui em sua estrutura áreas e comitês focados em auxiliar as primeiras linhas de defesa da Companhia no estabelecimento de controles adequados aos riscos inerentes à realização de suas atividades, para garantir com razoável certeza o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal, além da confiabilidade nas informações financeiras.

Neste sentido, a Seguradora mantém em sua estrutura desde 2011 o Comitê de Enterprise Risk Management (ERM), com reportes periódicos à Diretoria e ao Conselho de Administração e que tem como objetivo tratar das questões inerentes à gestão de riscos, onde as informações são centralizadas, analisadas, priorizadas e monitoradas, incluindo políticas, procedimentos, práticas e reportes com relação aos riscos de subscrição, mercado, crédito, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios.

6 Ativos financeiros

6.1 Aplicações

	30/06/2017							
	Até 1 Ano	**Acima de 1 Ano**	**Valor de Mercado**	**%**	**Custo Atualizado**	**Ajuste ao valor justo**	**Nível**	**Indexador e Taxa média de juros contratada - %**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado								
Quotas de fundos de investimentos	231.199		231.199	8	231.199	-	1	
Títulos de renda fixa								
- Letras do Tesouro Nacional		36.247	36.247	1	36.247	-	1	10,05% a.a.
Títulos disponíveis para venda	404.150	2.167.995	2.572.145	91	2.537.342	34.803		
Títulos de renda fixa								
- Certificados de Depósitos Bancários	144.529	13.715	158.244	6	158.244		2	100,91% do CDI
- Letras Financeiras	39.646	58.876	98.522	4	98.522		2	112,29 do CDI e IPCA + 7,33%
- Debêntures		25.455	25.455	1	25.969	(514)	1 e 2	IPCA + 6,25%
- Letras do Tesouro Nacional	219.975	541.701	761.676	27	733.090	28.586	1	11,42% a.a.
- Notas do Tesouro Nacional - Série B		1.374.259	1.374.259	48	1.380.569	(6.310)	1	IPCA + 5,47%
- Notas do Tesouro Nacional - Série C		7.412	7.412		7.012	400	1	IGPM + 6,10%
- Notas do Tesouro Nacional - Série F		146.577	146.577	5	133.936	12.641	1	13,61% a.a.
Outras aplicações	88		88		88		1	
	635.437	2.204.242	2.839.679	100	2.804.876	34.803		

	31/12/2016							
	Até 1 Ano	**Acima de 1 ano**	**Valor de Mercado**	**%**	**Custo Atualizado**	**Ajuste ao valor justo**	**Nível**	**Indexador e Taxa média de juros contratada - %**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado								
Quotas de fundos de investimentos	221.803		221.803	9	221.803		1	
Títulos disponíveis para venda	360.287	1.985.453	2.345.740	91	2.340.304	5.436		
Títulos de renda fixa								
- Certificados de Depósitos Bancários	116.158	50.558	166.716	6	166.716		2	101,01% do CDI
- Letras Financeiras	30.103	80.076	110.179	4	110.179		2	114% do CDI e IPCA + 7,44%
- Debêntures		25.889	25.889	1	26.966	(1.077)	1 e 2	IPCA + 6,25%
- Títulos da Dívida Agrária	14.578	72.852	87.430	3	87.367	63	2	TR + 11,89%
- Letras do Tesouro Nacional	111.441	601.640	713.081	28	702.383	10.698	1	12,30% a.a.
- Notas do Tesouro Nacional - Série B	74.379	926.075	1.000.454	39	1.018.317	(17.863)	1	IPCA + 5,55%
- Notas do Tesouro Nacional - Série C		7.406	7.406		7.204	202	1	IGPM + 6,19%
- Notas do Tesouro Nacional - Série F	13.628	220.957	234.585	10	221.174	13.411	1	13,33% a.a.
Outras aplicações	599		599		599		1	
	582.689	1.985.453	2.568.142	100	2.562.706	5.436		

Movimentação das aplicações financeiras (*)

	31/12/2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor justo	30/06/2017
Títulos de renda fixa	2.345.740	1.231.378	(1.129.757)	131.401	29.630	2.608.392
Quotas de fundos de investimentos	221.803	21.278	(24.636)	12.754		231.199
Outras aplicações	599		(511)			88
	2.568.142	1.252.656	(1.154.904)	144.155	29.630	2.839.679

	31/12/2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor justo	30/06/2016
Títulos de renda fixa	2.045.315	1.377.005	(1.460.856)	150.052	68.328	2.179.844
Títulos de renda variável	3.574		(2.200)	1.279	(821)	1.832
Quotas de fundo de investimentos	146.434	58.522	(9.256)	12.197		207.897
Ajustes diários	307		(307)			
Outras aplicações	1.197	2				1.199
	2.196.827	1.435.529	(1.472.619)	163.528	67.507	2.390.772

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e títulos disponíveis para venda.

7 Operações com seguros e resseguros

7.1 Prêmios a receber de segurados

	30/06/2017			31/12/2016		
	Prêmios a receber de segurados	**Redução ao valor Recuperável**	**Prêmios a receber líquido**	**Prêmios a receber de segurados**	**Redução ao valor recuperável**	**Prêmios a receber líquido**
Automóvel	746.947	(1.031)	745.916	656.589	(1.087)	655.502
Patrimonial	196.135	(3.282)	192.853	202.586	(4.406)	198.180
Pessoas	44.782	(4.753)	40.029	42.885	(5.388)	37.497
Responsabilidades	79.018	(1.104)	77.914	40.607	(698)	39.909
Transportes	99.180	(21.425)	77.755	87.920	(16.727)	71.193
Demais ramos	68.890	(1.225)	67.665	60.724	(1.416)	59.308
	1.234.952	(32.820)	1.202.132	1.091.311	(29.722)	1.061.589
Circulante			1.193.067			1.049.593
Não Circulante			9.065			11.996

Composição quanto aos prazos de vencimento:

	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	1.143.308	1.049.800
Vencidos até 30 dias	39.656	14.843
Vencidos de 31 a 60 dias	4.748	2.814
Vencidos de 61 a 90 dias	2.096	1.795
Vencidos de 91 a 120 dias	1.641	1.444
Vencidos há mais de 120 dias	43.503	20.615
	1.234.952	1.091.311
Redução ao valor recuperável	(32.820)	(29.722)
	1.202.132	1.061.589

7.1.1 Quadro de movimentação de prêmios a receber

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	1.061.589	998.445
(+) Prêmio emitidos	2.723.855	4.727.475
(-) Prêmio cancelados	(388.528)	(574.907)
(-) Recebimentos	(2.204.616)	(4.090.687)
(+) Adicional de fracionamento	2.087	10.321
(+) IOF	7.022	7.564
(+) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	3.821	(4.005)
Redução ao valor recuperável	(3.098)	(12.617)
Saldo no final do período	1.202.132	1.061.589

7.1.2 Prazo médio de parcelamento

Produto	Quantidade de Parcelas	30/06/2017	31/12/2016
Automóvel	1 a 6	91,4%	91,3%
	7 a 12	8,6%	8,7%
Patrimonial	1 a 6	83,5%	82,0%
	7 a 12	16,5%	18,0%
Pessoas	1 a 6	97,0%	97,3%
	7 a 12	3,0%	2,7%
Responsabilidades	1 a 6	86,8%	82,0%
	7 a 12	13,2%	18,0%
Transportes	1 a 6	96,1%	96,7%
	7 a 12	3,9%	3,3%
Demais ramos	1 a 6	80,9%	91,1%
	7 a 12	19,1%	8,9%

7.2 Operações com resseguradores

7.2.1 Créditos das operações de resseguros

	30/06/2017	31/12/2016
Sinistros pagos a recuperar e demais créditos	56.446	49.166
Redução ao valor recuperável	(13.465)	(3.045)
	42.981	46.121

Aging dos Créditos das operações de resseguros

				30/06/2017
	Local	Admitido	Eventual	Total Geral
Pendentes à 30 dias	5.683	4.427	622	10.732
Pendentes de 31 a 60 dias	4.911	3.515	72	8.498
Pendentes de 61 a 120 dias	7.753	1.395	283	9.431
Pendentes de 121 a 180 dias	6.279	399	99	6.777
Pendentes de 181 a 365 dias	2.394	976	16	3.386
Pendentes há mais de 365 dias	16.868	641	113	17.622
	43.888	11.353	1.205	56.446
Redução ao valor recuperável	- 13.465	-	-	- 13.465
	30.423	11.353	1.205	42.981

				31/12/2016
	Local	Admitido	Eventual	Total Geral
Pendentes à 30 dias	9.308	8.205	14	17.527
Pendentes de 31 a 60 dias	5.770	3.343	6	9.119
Pendentes de 61 a 120 dias	6.532	2.868	17	9.417
Pendentes de 121 a 180 dias	4.070	540	6	4.616
Pendentes de 181 a 365 dias	1.359	280	54	1.693
Pendentes há mais de 365 dias	6.104	586	104	6.794
	33.143	15.822	201	49.166
Redução ao valor recuperável	- 3.045	-	-	- 3.045
	30.098	15.822	201	46.121

7.2.2 Débitos das operações de resseguros

	30/06/2017	31/12/2016
Prêmios pendentes	196.959	125.333
Prêmio mínimo de depósito	22.394	71.565
Prêmio de reintegração	10.520	7.674
Salvados	10.729	7.553
Ajuste ao valor de realização	(3.180)	(3.627)
	237.422	208.498

Movimentação de saldos patrimoniais de seguros e resseguros

	Ativos de contratos de resseguros	Passivos de contratos de seguros
Saldo em 1º de janeiro de 2016	50.434	219.740
Novas emissões e sinistros avisados	293.478	362.528
Pagamentos e recebimentos	(297.951)	(380.119)
Prêmios de reintegração	-	(5.058)
Contrato PMD	-	7.371
Salvados	-	6.671
Redução ao valor recuperável / Ajuste ao valor de realização	160	(2.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	46.121	208.498
Novas emissões e sinistros avisados	174.590	208.442
Pagamentos e recebimentos	(180.739)	(161.852)
Demais Créditos	13.429	-
Prêmio de reintegração		21.939
Contrato PMD	-	(49.172)
Salvados	-	9.120
Redução ao valor recuperável / Ajuste ao valor de realização	(10.420)	447
Saldo em 30 de junho de 2017	42.981	237.422

7.2.3 Distribuição dos créditos com operações de resseguros

O percentual dos ativos de resseguros está representado no quadro abaixo por grupo de ramo:

	30/06/2017	31/12/2016
Patrimonial	60%	49%
Responsabilidades	19%	9%
Riscos Financeiros	9%	23%
Transportes	4%	5%
Demais ramos	8%	14%
	100%	100%

7.3 Outros créditos operacionais

	30/06/2017	31/12/2016
Agentes e correspondentes	7.749	7.218
Corretores	83.309	74.631
Outros créditos	21.595	8.811
Redução ao valor recuperável	(9.915)	(5.437)
	102.738	85.223

7.4 Corretores de seguros e resseguros

	30/06/2017	31/12/2016
Comissões sobre prêmios – direto	175.641	158.648
Comissões sobre prêmios – estimado	7.001	6.956
Comissões sobre prêmios – RVNE	11.291	13.814
Comissões sobre prêmios - cosseguro aceito	2.933	1.177
Ajuste ao valor de realização	(5.829)	(5.139)
	191.037	175.456

7.5 Outros débitos operacionais

	30/06/2017	31/12/2016
Estipulantes	16.870	16.050
Agentes e correspondentes	14.318	12.185
Lucros atribuídos - excedente técnico	170	254
Outros	6.000	4.152
Ajuste ao valor de realização	(999)	(1.082)
	36.359	31.559

8 Ativos de resseguros e retrocessão

	Prêmios não ganhos (PPNG)		Sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)		Outras provisões		Total	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Patrimonial	156.652	160.915	180.228	108.480	9.545	7.819	14.013	7.889	5.270	1.596	365.708	286.699
Riscos financeiros	48.388	19.276	6.481	102.014	478	9.456	1.791	4.960	261	2	57.399	135.708
Riscos especiais	10.466	42.410	125	6.166	82	494	-	638	-	(91)	10.673	49.617
Responsabilidades	54.527	15.322	42.089	48	9.880	77	7.267		886	(6)	114.649	15.441
Transporte	12.605	19.374	5.327	6.087	1.795	2.017	2.369	1.750	701	583	22.797	29.811
Aeronáuticos	4.849	10.123	5.489	23.880	1.375	1.400	134	40	348	307	12.195	35.750
Demais ramos	9.331	12.556	6.444	8.906	3.671	3.901	4.221	2.826	469	343	24.136	28.532
	296.818	279.976	246.183	255.581	26.826	25.164	29.795	18.103	7.935	2.734	607.557	581.558
		Judicial	49.455	48.928						Circulante	487.051	460.092
		Administrativo	196.728	206.653						Não Circulante	120.506	121.466

Discriminação dos ativos por resseguradores

Tipo de Ressegurador	Agência	Classificação de Risco	30/06/2017	31/12/2016
Local			280.543	276.200
Admitido	AM Best	A	1.523	624
		A-		91
		A-		17
	S&P	A	15.795	452
		A-	2.013	1.590
		A+	206.061	213.139
		AA	-	20
		AA-	16.215	18.472
Eventual	AM Best	A	2.070	8.362
		A-	737	222
		B++	104	42
		A++	1.464	
	S&P	A	14.525	3.902
		A-	69	275
		A+	1.319	2.069
		AA	-	1.321
		AA-	466	8.191
		AA+	1	248
	Moody's	Baa1	94	320
			542.999	535.557

No quadro acima não está sendo considerado os valores de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) e também outras provisões (provisão de despesas relacionadas e redução ao valor recuperável).

9 Títulos e créditos a receber

9.1 Impostos e contribuições

9.1.1 Créditos Tributários e Previdenciários

	30/06/2017	31/12/2016
Tributos a Compensar	38.246	37.660
Tributos Diferidos	359.554	361.708
Outros	5.239	8.191
TOTAL	**403.039**	**407.559**
Circulante	25.460	28.422
Não Circulante	377.579	379.137

9.1.2 Obrigações Fiscais

	30/06/2017	31/12/2016
Provisão de IRPJ e CSLL Correntes	36.716	46.012
(-) Antecipação de IRPJ e CSLL Correntes	(43.701)	(46.012)
Tributos Diferidos	20.918	12.364
Provisão de PIS e COFINS	9.499	8.568
Outros	4.941	4.941
	28.373	**25.873**
Circulante	7.455	13.509
Não Circulante	20.918	12.364

9.2 Tributos Diferidos

	31/12/2016	Realização	Constituição	30/06/2017
Refletida no Resultado	**348.484**	**(16.529)**	**20.423**	**352.378**
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	102.212	-	-	102.212
(-) Provisão para não Realização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	(19.358)	-	-	(19.358)
Créditos de Liquidação Duvidosa	10.061	-	9.062	19.123
Ágio na aquisição de investimentos	52.780	-	-	52.780
Provisão para Passivos Contingentes	171.338	(2.130)	62	169.270
Ações Cíveis	2.210	(848)	-	1.362
Ações Trabalhistas	2.801	(1.222)		1.579
Ações Fiscais e Previdenciárias	166.327	(60)	62	166.329
Outros	31.451	(14.399)	11.299	28.351
Refletida no Patrimônio Líquido	**13.224**	**(6.048)**	**-**	**7.176**
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.523	(5.450)		3.073
Perda Atuarial	3.392			3.392
Outros	1.309	(598)	-	711
	361.708	**(22.577)**	**20.423**	**359.554**

	31/12/2015	Realização	Constituição	31/12/2016
Refletida no Resultado	**365.357**	**(19.822)**	**2.949**	**348.484**
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	102.212	-	-	102.212
(-) Provisão para não Realização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	(19.358)	-		(19.358)
Créditos de Liquidação Duvidosa	8.102		1.959	10.061
Ágio na aquisição de investimentos	52.780			52.780
Provisão para Passivos Contingentes	184.548	(14.200)	990	171.338
Ações Cíveis	11.224	(9.014)		2.210
Ações Trabalhistas	4.347	(1.546)	-	2.801
Ações Fiscais e Previdenciárias	168.977	(3.640)	990	166.327
Outros	37.073	(5.622)	-	31.451
Refletida no Patrimônio Líquido	**47.764**	**(37.932)**	**3.392**	**13.224**
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	43.291	(34.768)		8.523
Perda Atuarial			3.392	3.392
Outros	4.473	(3.164)	-	1.309
	413.121	**(57.754)**	**6.341**	**361.708**

A Seguradora possui ainda R$ 20.918 (R$ 12.364 em 2016) registrados no Passivo Fiscal Diferido, essencialmente composto pela marcação dos mercado dos títulos disponíveis para venda:

- Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda – R$ 20.669 (R$ 12.101 em 2016);
- Reavaliação de Ativos e Outros – R$ 249 (R$ 263 em 2016);

9.3 Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e após participação sobre o lucro	100.263	97.619
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	(45.118)	(43.929)
Alíquota vigente - %	**45%**	**45%**
Ajustes para refletir à alíquota efetiva		
Juros sobre o Capital Próprio	18.309	
Adições Permanentes	(6.584)	(1.767)
Incentivos Fiscais e Adicional do Imposto	527	1.175
Outros (i)	32	(174)
Despesas líquidas com tributos	(32.834)	(44.695)
Alíquota efetiva - %	**33%**	**46%**

(i) Foi sancionada em 06 de Outubro de 2015 a Lei n.º 13.169/15 (conversão da Medida Provisória n.º 675/2015) que majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras. Como resultado da aplicação da nova alíquota, a Seguradora atualizou parte do saldo de créditos tributários sobre provisões não dedutíveis para a nova alíquota de 20% em 2015 .

10 Outros valores e bens

	30/06/2017	31/12/2016
Bens à venda (*)	47.220	56.644
Outros valores	473	616
	47.693	57.260

Aging Bens à Venda

	30/06/2017					
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Superior a 120 dias	Total
Automóvel	17.305	7.338	4.021	2.183	11.854	42.701
Transportes	1.247	639	988	107	883	3.864
Demais ramos	141	98	92	40	284	655
	18.693	8.075	5.101	2.330	13.021	47.220

	31/12/2016					
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Superior a 120 dias	Total
Automóvel	18.930	9.411	6.418	3.843	14.344	52.946
Transportes	1.307	335	116	276	1.025	3.059
Demais ramos	79	58	99	139	264	639
	20.316	9.804	6.633	4.258	15.633	56.644

(*) Os valores acima referem-se a bens recuperados de sinistros e as faixas de prazo correspondem ao tempo decorrido desde a ativação do bem até a data-base das demonstrações financeiras.

11 Custo de aquisição diferidos

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	348.758
Constituições	450.682
Reversões	(421.995)
Saldo final em 30 de junho de 2017	377.444
Circulante	360.015
Não Circulante	17.429
	332.630
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	
Constituições	852.934
Reversões	(836.807)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	348.757
Circulante	334.198
Não Circulante	14.559

12 Títulos e créditos a receber

12.1 Depósitos judiciais e fiscais

	30/06/2017	31/12/2016
De natureza fiscal	518.357	518.887
Relacionados a sinistros	29.925	27.444
Trabalhistas	6.529	10.787
Cíveis e Outros	8.106	14.916
Redução ao valor recuperável	(12.435)	(10.253)
	550.482	561.781

13 Ativo imobilizado

	31/12/2016	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2017	Taxas anuais de depreciação - %
Imóveis de uso	**10.013**			**-50**	**14.141**	**- 4.178**	**9.963**	
Terrenos	9.349				9.349		9.349	
Edificações	664			-50	4.792	- 4.178	614	4
Bens móveis de uso	**11.923**	**4.304**	**-146**	**-2.550**	**46.559**	**- 33.028**	**13.531**	
Equipamentos	7.418	2.903	-101	-1.640	29.987	- 21.407	8.580	20 ou 33
Móveis, máquinas e utensílios	1.394	131	-2	-181	7.598	- 6.256	1.342	10
Veículos	3.111	1.270	-43	-729	8.974	- 5.365	3.609	20
Outras imobilizações	**2.380**	**223**	**-16**	**-580**	**22.878**	**- 20.871**	**2.007**	
Outras	2.380	223	-16	-580	22.878	- 20.871	2.007	10
	24.316	**4.527**	**-162**	**-3.180**	**83.578**	**- 58.077**	**25.501**	

	31/12/2015	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2016	Taxas anuais de depreciação - %
Imóveis de uso	**10.113**			**-100**	**14.141**	**- 4.128**	**10.013**	
Terrenos	9.349				9.349		9.349	
Edificações	764			-100	4.792	- 4.128	664	4
Bens móveis de uso	**14.588**	**2.846**	**-141**	**-5.370**	**42.889**	**- 30.966**	**11.923**	
Equipamentos	9.450	1.576	-24	-3.584	27.237	- 19.819	7.418	20 ou 33
Móveis, máquinas e utensílios	1.510	256	-6	-366	7.568	- 6.174	1.394	10
Veículos	3.628	1.014	-111	-1420	8.084	- 4.973	3.111	20
Outras imobilizações	**3.312**	**451**		**-1.383**	**23.002**	**- 20.622**	**2.380**	
Outras	3.312	451		-1.383	23.002	- 20.622	2.380	10
	28.013	**3.297**	**-141**	**-6.853**	**80.032**	**- 55.716**	**24.316**	

14 Ativo intangível

	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Despesa de amortização	Custo	Amortização Acumulada	30/06/2017	Taxas anuais de amortização - %
Outros Intangíveis							
Licenças de Uso de Software	5.742	5.133	-1.756	123.728	- 114.609	9.119	20
Canais para Comercialização	21.879		-4.439	61.463	- 44.023	17.440	
	27.621	5.133	-6.195	185.191	- 158.632	26.559	

	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Despesa de amortização	Custo	Amortização Acumulada	30/06/2016	Taxas anuais de amortização - %
Outros Intangíveis							
Licenças de Uso de Software	7.600	960	-2.818	118.594	- 112.852	5.742	20
Canais para Comercialização	31.507	100	-9.728	61.462	- 39.583	21.879	
	39.107	1.060	-12.546	180.056	- 152.435	27.621	

15 Contas a pagar

15.1 Obrigações a pagar

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores	36.378	43.022
Dividendos e juros sobre o capital próprio	35.858	67.949
Gratificação/Participação nos lucros a pagar	16.498	24.153
Benefícios à Empregados (Nota 3.13)	27.483	25.595
Outros	1	69
	116.218	160.788
Circulante	88.735	135.193
Não Circulante	27.483	25.595

15.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	30/06/2017	31/12/2016
Imposto retido na fonte	7.092	3.289
Imposto sobre serviço	516	590
IOF sobre prêmios de seguros	73.720	66.569
Contribuições previdenciárias	4.224	4.031
Outros	1.951	2.143
	87.503	76.622

15.3 Encargos trabalhistas

	30/06/2017	31/12/2016
13º Salário	5.015	
Férias a pagar	15.024	14.522
Encargos sociais a recolher	7.034	5.066
	27.073	19.588

16 Depósitos de terceiros

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	30/06/2017						
	De 1 a 30 dias	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 120 dias**	**De 121 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Superior a 365 dias**	**'Total**
Cobrança antecipada de prêmios	10.478	2.757	2.766	1.586	1.114	-	18.701
Prêmios e emolumentos	4.337	287	790	774	1.751	794	8.733
Outros	190	180	60	97	318	693	1.538
	15.005	3.224	3.616	2.457	3.183	1.487	28.972

	31/12/2016						
	De 1 a 30 dias	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 120 dias**	**De 121 a 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**Superior a 365 dias**	**Total**
Cobrança antecipada de prêmios	703	126	517	678	1.446		3.470
Prêmios e emolumentos	6.055	1.129	972	462	297	690	9.605
Outros	268	101	191	305	383	566	1.814
	7.026	1.356	1.680	1.445	2.126	1.256	14.889

17 Provisões técnicas e necessidades de coberturas

17.1 Provisões técnicas

	Prêmios não ganhos (PPNG)		Sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)		Outras provisões		Total	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Automóvel	1.429.473	1.249.040	509.398	476.658	244.666	228.356	45.298	49.063	14.979	14.786	2.243.814	2.017.903
Patrimonial	346.326	350.307	310.291	234.919	22.303	16.424	21.365	11.538	11.119	7.930	711.404	621.118
Responsabilidades	115.312	72.016	140.881	195.319	32.559	29.919	10.831	9.460	3.089	2.109	302.672	308.823
Demais ramos	220.085	201.482	114.673	141.212	24.035	23.774	5.665	(670)	7.577	6.148	372.035	371.946
Danos	2.111.196	1.872.845	1.075.243	1.048.108	323.563	298.473	83.159	69.391	36.764	30.973	3.629.925	3.319.790
Pessoas	12.571	12.315	92.051	89.536	52.986	52.246	13.876	13.788	2.362	2.113	173.846	169.998
Vida individual	579		624	61	105	168			24.523	25.168	25.832	25.397
	2.124.346	1.885.160	1.167.918	1.137.705	376.654	350.887	97.035	83.179	63.649	58.254	3.829.603	3.515.185

Os saldos apresentados como "Outras provisões" são compostos pela provisão de despesas administrativas no valor de R$ 1.821 (R$ 1.692 em 2016), constituída com base nos informes emitidos pela Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A., provisão de despesas relacionadas (PDR) no valor de R$ 37.305 (R$ 31.394 em 2016) constituída conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e pela, provisão matemática de benefícios a conceder, no montante de R$ 24.523 (R$ 25.168 em 2016);

A movimentação das provisões técnicas está assim representada:

	30/06/2017					
	Prêmios não ganhos (PPNG)	**Sinistros a liquidar (PSL)**	**Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)**	**Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)**	**Outras provisões**	**Total**
Saldo no início do período	1.885.160	1.137.705	350.887	83.179	58.254	3.515.185
Constituições / apropriações decorrentes de prêmios	208.049					208.049
Cosseguro Aceito	26.062					26.062
Retrocessão	-					-
Avisos de sinistro recebido		802.771				802.771
Pagamento de sinistro		(1.145.165)				(1.145.165)
Ajustes de estimativas		373.435				373.435
Variação monetária		6.513				6.513
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber – parcela da PPNG	4.398					4.398
Outras constituições/reversões	677	(7.341)	25.767	13.856	5.395	38.354
Saldo no final do período	2.124.346	1.167.918	376.654	97.035	63.649	3.829.602

	31/12/2016					
	Prêmios não ganhos (PPNG)	**Sinistros a liquidar (PSL)**	**Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)**	**Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)**	**Outras provisões**	**Total**
Saldo no início do período	1.761.710	985.480	236.642	86.916	56.814	3.127.562
Constituições / apropriações decorrentes de prêmios	124.331					124.331
Cosseguro Aceito	(42.332)					(42.332)
Retrocessão	(2)					(2)
Avisos de sinistro recebido		1.696.080				1.696.080
Pagamento de sinistro		(2.229.942)				(2.229.942)
Ajustes de estimativas		948.846				948.846
Variação monetária		26.995				26.995
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber – parcela da PPNG	(3.218)					(3.218)
Outras constituições/reversões	44.671	(289.754)	114.245	(3.737)	1.440	(133.135)
Saldo no final do período	1.885.160	1.137.705	350.887	83.179	58.254	3.515.185

17.2 Sinistros Judiciais

A movimentação da provisão para sinistros judiciais está assim apresentada:	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	421.965	380.270
Avisos de sinistro recebido	1.815	7.673
Pagamento de sinistro	(30.980)	(50.191)
Ajustes de estimativas	41.508	64.700
Variação monetária	5.785	25.025
Outras constituições/reversões	788	(5.512)
Saldo no final do período	440.881	421.965

17.3 Cobertura das provisões técnicas

	30/06/2017	31/12/2016
Prêmios não ganhos (PPNG)	2.124.346	1.885.160
Sinistros a liquidar (PSL)	1.167.918	1.137.705
Sinistros sobre eventos ocorridos, mas não avisados (IBNR)	376.654	350.887
Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)	97.035	83.179
Outras provisões	63.649	58.254
Provisões técnicas - seguros (Nota 17.1)	3.829.602	3.515.185
Prêmios não ganhos (PPNG)	296.818	279.976
Sinistros a liquidar	246.183	255.581
Sinistros sobre eventos ocorridos mas não avisados (IBNR)	26.826	25.164
Sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)	29.795	18.103
Outras provisões	7.935	2.734
Provisões técnicas - resseguros (Nota 8)	607.557	581.558
Provisões técnicas de seguros, líquidas de resseguros	3.222.045	2.933.627
(+) Parcela não redutora da PPNG	195.056	188.476
(+) Redução do valor recuperável de prêmios a receber – parcela da PPNG	-	4.681
(-) Direitos creditórios	(832.079)	(757.098)
(-) Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(199.252)	(184.159)
(-) Depósitos judiciais redutores de PSL	(27.694)	(24.474)
Total a ser coberto	2.358.076	2.161.053
Ativos vinculados		
Investimentos em títulos e valores mobiliários	2.669.775	2.552.194
Imóveis líquidos de depreciação	9.257	9.306
Total dos ativos oferecidos em cobertura	2.679.032	2.561.500
Excesso de cobertura com DPVAT	320.956	400.447
(-) DPVAT	(137)	(49)
Excesso de cobertura	320.819	400.398

17.4 Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros judiciais e não judiciais ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente.

O objetivo desta tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

a) Desenvolvimento de sinistros judiciais brutos de resseguros

30/06/2017

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	4.429	4.915	2.247	681	1.728	2.929	4.257	5.750	10.861	8.929	
1 ano após	24.130	21.098	11.045	11.623	15.472	15.869	26.842	35.125	48.338		
2 anos após	38.025	30.201	21.168	21.286	29.065	29.316	40.373	46.725			
3 anos após	46.326	41.030	27.643	26.178	33.818	34.349	47.853				
4 anos após	54.317	47.747	32.654	32.740	39.000	37.348					
5 anos após	59.970	54.786	36.023	39.921	43.676						
6 anos após	69.871	58.175	42.080	44.081							
7 anos após	75.121	62.795	43.202								
8 anos após	82.953	65.357									
9 anos após	83.922										
Posição incorrida em 30.06.2017	**83.922**	**65.357**	**43.202**	**44.081**	**43.676**	**37.348**	**47.853**	**46.725**	**48.338**	**8.929**	**469.431**
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(543)	(607)	(268)	(109)	(264)	(413)	(904)	(716,7)	(849)	(590)	
1 ano após	(3.551)	(3.729)	(3.198)	(1.926)	(2.918)	(3.538)	(3.964)	(4.589)	(8.670)		
2 anos após	(7.831)	(9.083)	(6.743)	(3.547)	(6.822)	(6.079)	(7.865)	(10.324)			
3 anos após	(15.439)	(14.110)	(8.542)	(5.415)	(8.167)	(8.760)	(10.921)				
4 anos após	(23.354)	(19.375)	(11.198)	(7.761)	(11.746)	(11.113)					
5 anos após	(30.141)	(24.572)	(14.057)	(10.826)	(15.845)						
6 anos após	(37.572)	(30.790)	(17.120)	(16.117)							
7 anos após	(43.617)	(37.461)	(21.869)								
8 anos após	(49.522)	(39.506)									
9 anos após	(57.653)										
Total de pagos até 30.06.2017	**(57.653)**	**(39.506)**	**(21.869)**	**(16.117)**	**(15.845)**	**(11.113)**	**(10.921)**	**(10.324)**	**(8.670)**	**(590)**	**(192.609)**
Diferença entre estimativa inicial e final	(79.494)	(60.442)	(40.955)	(43.400)	(41.948)	(34.419)	(43.596)	(40.974)	(37.478)		
Passivo reconhecido no balanço	**26.269**	**25.851**	**21.333**	**27.964)**	**27.831**	**26.235**	**36.932**	**36.401**	**39.668**	**8.339**	**276.822**
Passivo referente a anos anteriores a 2008											128.605
Total do Passivo (sem DPVAT)											405.427
DPVAT											35.454
Total do passivo incluso no balanço (Nota 17.2)											**440.881**

(b) Desenvolvimento de sinistros não judiciais brutos de resseguros

30/06/2017

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	808.047	700.726	710.309	691.980	720.204	981.314	1.147.516	1.562.254	2.017.320	2.126.706	
1 ano após	865.404	771.499	811.990	744.271	765.035	1.021.822	1.211.025	1.662.855	2.072.420		
2 anos após	885.238	774.459	826.393	752.477	772.219	1.023.604	1.216.903	1.659.651			
3 anos após	884.646	783.111	831.939	755.278	774.136	1.014.423	1.220.946				
4 anos após	886.478	782.668	831.349	759.163	772.311	1.014.000					
5 anos após	887.115	782.066	831.131	758.844	771.805						
6 anos após	887.254	782.404	831.602	758.437							
7 anos após	887.576	782.105	831.510								
8 anos após	887.038	781.648									
9 anos após	886.800										
Posição incorrida em 30.06.2017	**886.800**	**781.648**	**831.510**	**758.437**	**771.805**	**1.014.000**	**1.220.946**	**1.659.651**	**2.072.420**	**2.126.706**	**12.123.921**
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(608.590)	(546.071)	(532.194)	(501.970)	(476.767)	(657.724)	(839.476)	(1.118.956)	(1.483.669)	(1.583.919)	
1 ano após	(846.117)	(746.334)	(782.121)	(712.561)	(703.645)	(946.793)	(1.158.319)	(1.534.288)	(1.977.460)		
2 anos após	(878.698)	(765.077)	(813.449)	(732.409)	(733.434)	(988.258)	(1.191.110)	(1.635.782)			
3 anos após	(880.372)	(772.156)	(824.021)	(742.574)	(759.428)	(996.655)	(1.201.077)				
4 anos após	(882.416)	(773.140)	(825.899)	(753.410)	(763.364)	(1.001.605)					
5 anos após	(882.973)	(773.841)	(826.435)	(754.192)	(765.007)						
6 anos após	(883.716)	(774.207)	(827.619)	(754.992)							
7 anos após	(884.208)	(774.496)	(827.998)								
8 anos após	(884.419)	(774.841)									
9 anos após	(884.508)										
Total de pagos até 30.06.2017	**(884.508)**	**(774.841)**	**(827.998)**	**(754.992)**	**(765.007)**	**(1.001.605)**	**(1.201.077)**	**(1.635.782)**	**(1.977.460)**	**(1.583.919)**	**(11.407.190)**
Diferença entre estimativa inicial e final	(78.753)	(80.922)	(121.201)	(66.457)	(51.601)	(32.685)	(73.430)	(97.398)	(55.101)	0	
Passivo reconhecido no balanço	**2.292**	**6.807**	**3.512**	**3.445**	**6.798**	**12.395**	**19.869**	**23.869**	**94.960**	**542.787**	**716.731**
Passivo referente a anos anteriores a 2008											2.991
Total do Passivo (sem DPVAT, Retrocessão)											719.722
DPVAT											6.691
Total do passivo incluso no balanço											**726.413**
Nota 17.4 (a)											440.881
Provisões de Sinistro Vida Individual (Nota 17.1)											624
Nota 17.1											**1.167.918**

(c) Desenvolvimento de sinistros judiciais líquidos de resseguros

30/06/2017

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	4.429	4.881	2.160	681	1.728	2.929	4.192	5.748	10.847	8.672	
1 ano após	23.994	19.793	10.366	10.919	14.428	15.059	26.077	27.759	42.710		
2 anos após	37.650	28.512	19.485	19.910	26.636	27.630	38.381	44.377			
3 anos após	45.804	36.906	25.445	24.719	31.225	32.164	45.519				
4 anos após	53.281	42.167	30.689	29.610	35.809	35.687					
5 anos após	58.718	49.020	33.644	33.129	40.834						
6 anos após	68.096	52.493	38.631	36.576							
7 anos após	73.451	58.801	39.191								
8 anos após	80.783	61.311									
9 anos após	82.894										
Posição incorrida em 30.06.2017	**82.894**	**61.311**	**39.191**	**36.576**	**40.834**	**35.687**	**45.519**	**44.377**	**42.710**	**8.672**	**437.770**
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(543)	(607)	(268)	(109)	(264)	(413)	(904)	(717)	(849)	(590)	
1 ano após	(3.551)	(3.158)	(3.173)	(1.926)	(2.735)	(3.538)	(3.964)	(4.589)	(8.670)		
2 anos após	(7.793)	(8.421)	(6.712)	(3.545)	(6.638)	(6.079)	(7.865)	(10.324)			
3 anos após	(15.338)	(13.443)	(8.482)	(5.409)	(7.983)	(8.760)	(10.921)				
4 anos após	(23.24)	(18.629)	(11.132)	(7.755)	(11.562)	(11.1130					
5 anos após	(30.019)	(23.816)	(13.991)	(10.819)	(5.662)						
6 anos após	(37.450)	(30.034)	(17.055)	(16.111)							
7 anos após	(43.495)	(36.705)	(21.803)								
8 anos após	(49.400	(38.750)									
9 anos após	(57.531)										
Total de pagos até 30.06.2017	**(57.531)**	**(38.750)**	**(21.803)**	**(16.111)**	**(15.662)**	**(11.113)**	**(10.921)**	**(10.324)**	**(8.670)**	**(590)**	**(191.475)**
Diferença entre estimativa inicial e final	**(78.466)**	**(56.429)**	**(37.030)**	**(35.895)**	**(39.106)**	**(32.758)**	**(41.327)**	**(38.630)**	**(31.863)**		
Passivo reconhecido no balanço	**25.363**	**22.561**	**17.387**	**20.465**	**25.173**	**24.573**	**34.599**	**34.053**	**34.040**	**8.082**	**246.295**
Passivo referente a anos anteriores a 2008											**109.677**
Total do Passivo (sem DPVAT)											**355.972**
DPVAT											**35.454**
Total do passivo incluso no balanço											**391.426**
Valor de Sinistros Judiciais bruto de resseguros - Nota 17.4 (a)											440.881
(-) Valor de Ativo de Resseguro – Sinistro Judicial – Nota 8											(49.455)

(d) Desenvolvimento de sinistros não judiciais líquidos de resseguros

30/06/2017

Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	718.874	656.293	634.960	625.241	584.677	807.598	1.068.005	1.382.093	1.775.088	1.889.659	
1 ano após	765.607	722.751	730.387	668.259	621.396	851.929	1.124.723	1.453.224	1.831.111		
2 anos após	767.617	727.312	743.846	671.659	629.303	861.948	1.129.613	1.451.675			
3 anos após	768.943	731.753	744.392	672.031	630.042	863.556	1.128.975				
4 anos após	770.604	731.683	744.864	673.047	629.198	863.266					
5 anos após	771.752	732.681	744.645	671.849	628.460						
6 anos após	771.914	732.504	744.902	671.596							
7 anos após	772.143	729.906	744.741								
8 anos após	771.657	729.471									
9 anos após	770.616										
Posição incorrida em 30.06.2017	**770.616**	**729.471**	**744.741**	**671.596**	**628.460**	**863.266**	**1.128.975**	**1.451.675**	**1.831.111**	**1.889.659**	**10.709.571**
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(573.357)	(523.310)	(496.658)	(465.242)	(416.998)	(592.579)	(795.933)	(1.054.846)	(1.378.969)	(1.483.274)	
1 ano após	(755.643)	(707.016)	(709.548)	(644.302)	(595.547)	(821.926)	(1.087.400)	(1.407.659)	(1.771.206)		
2 anos após	(763.672)	(720.318)	(732.558)	(658.322)	(614.796)	(843.157)	(1.110.084)	(1.433.523)			
3 anos após	(765.393)	(726.230)	(738.078)	(664.683)	(619.622)	(851.024)	(1.118.368)				
4 anos após	(767.257)	(727.414)	(739.947)	(668.102)	(622.109)	(853.767)					
5 anos após	(768.264)	(728.771)	(740.407)	(668.119)	(622.482)						
6 anos após	(768.986)	(728.614)	(741.39)	(668.710)							
7 anos após	(769.299)	(726.549)	(741.619)								
8 anos após	(769.433)	(726.862)									
9 anos após	(768.718)										
Total de pagos até 30.06.2017	**(768.718)**	**(726.862)**	**(741.619)**	**(668.710)**	**(622.482)**	**(853.767)**	**(1.118.368)**	**(1.433.523)**	**(1.771.206)**	**(1.483.274)**	**(10.188.529**
Diferença entre estimativa inicial e final	**(51.742)**	**(73.178)**	**(109.781)**	**(46.355)**	**(43.783)**	**(55.668)**	**(60.970)**	**(69.583)**	**(56.024)**		
Passivo reconhecido no balanço	**1.898**	**2.610**	**3.123**	**2.885**	**5.978**	**9.499**	**10.608**	**18.152**	**59.905**	**406.385**	**521.043**
Passivo referente a anos anteriores a 2008											**1.951**
Total do Passivo (sem DPVAT e Retrocessão)											**522.994**
DPVAT											**6.691**
Total do passivo incluso no balanço											**529.685**
Valor de Sinistro não Judiciais bruto de resseguros - Nota 17.4 (a)											726.413
(-) Valor de Ativo de Resseguro – Sinistro Administrativo – Nota 8											(196.728)

Como parte dos sinistros são de origem judicial, sempre haverá um percentual de correção no decorrer dos anos devido aos juros futuros que não são previamente provisionados.

As provisões de Vida Individual e DPVAT não são consideradas para fins de desenvolvimento. A inclusão destas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que o DPVAT é calculado com base em diferentes metodologias. Ambas as informações foram incluídas apenas para fins de conciliação com o passivo total do semestre.

18 Outros débitos

18.1 Provisões judiciais

	30/06/2017	31/12/2016
Fiscais e Previdenciárias	478.310	478.306
Trabalhistas	3.948	7.003
Cíveis	3.405	5.524
	485.663	490.833

(a) Processos Fiscais e Obrigações Legais

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor dos tributos envolvidos em discussões na esfera administrativa ou judicial, objeto de lançamento de ofício.

As provisões fiscais e previdenciárias estão provisionadas sempre que a perda for classificada como provável.

As discussões mais relevantes relacionadas às ações fiscais que estão provisionadas são :

(i) Alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS pela Lei nº 9.718/98.

A Lei nº 9.718/98 alterou o conceito de receita bruta, entendendo-a como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil das receitas, bem como majorou as alíquotas existentes. A Seguradora considera que tais mudanças são inconstitucionais, debatendo-as por meio de Mandado de Segurança. Atualmente, se aguarda julgamento definitivo da lide. Os valores envolvidos nesta discussão, compõem o montante de R$ 456.571 em provisão e R$ 499.042 em depósitos.

(ii) Incidência da CPMF sobre a transferência das carteiras de previdência e vida por sobrevivência

A Seguradora em 1º de janeiro de 2013, em atendimento a Lei Complementar nº 109/01, transferiu as carteiras de planos de previdência e seguros de vida por sobrevivência para a Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A., considerando a não incidência da CPMF. Conforme entendimento a operação realizada não implicava qualquer movimentação financeira ou transferência de numerários, mas mera alteração do administrador dessas carteiras.

O montante provisionado e depositado é de R$ 5.310 (R$ 5.310 em em dezembro de 2016). O Processo judicial teve decisões desfavoráveis ao entendimento da Seguradora nas instâncias inferiores e atualmente aguarda o julgamento de Recurso Especial.

Contingências Passivas

Não estão provisionadas os valores relativos as ações fiscais e previdenciárias com probabilidade de perda possível. Abaixo estão descritas as principais ações fiscais e previdenciárias de perda possível, com risco total de R$ 70.811 (R$ 69.428 em 2016):

(i) Ágio gerado na incorporação da empresa FARAG (nota 19.2)

A partir de 2010, a Seguradora passou a ser autuada pela Receita Federal por suposta infração decorrente da amortização do ágio pela incorporação da empresa FARAG, que detinha participação societária nas empresas Real Seguros S.A. e Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A., no período de 2005 a 2010. O valor reclamado total monta a R$ 65.181 (R$ 63.921 em 2016). O saldo remanescente do crédito tributário ativado para parcela do ágio não amortizado é de R$ 52.780 (Nota 9.1.1(i)). O processo está aguardando a conclusão da análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

(ii) Ganho de Capital na alienação da Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.

Em 2013, a Receita Federal lavrou auto de infração por exclusão de valores indevidos no tocante a amortização do ágio da alienação da Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A., alegando que a parcela do ágio correspondente a esta participação societária foi apurada incorretamente. O valor reclamado atualizado monta a R$ 5.630 (R$ 5.507 em 2016). O processo está aguardando análise do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

(b) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas decorrem principalmente de processos de terceiros, cuja responsabilidade da Seguradora pode ser solidária ou subsidiária envolvendo pretensos direitos relacionados à horas extras, equiparação salarial, entre outros.

A probabilidade de perda dos processos é estimada levando em consideração características de direito e de fato daquelas ações. As ações cuja probabilidade de perda é avaliada como classificadas como perda "provável" são provisionadas.

Não são provisionados os valores relacionados a ações com probabilidade de perda é avaliado como "possível", com risco total de R$ 33 (R$ 17 em 2016).

(c) Processos cíveis

Correspondem, em sua maior parte, a processos judiciais movidos por segurados ou pretensos segurados mas envolvendo aspectos não ligadas a natureza da operação de seguros ou então relacionadas a recusa de proposta, eventos fora da vigência, entre outros. As análises dos riscos e estimativas de perdas levam em consideração as probabilidades de êxito e perda de cada ação.

A movimentação das provisões judiciais está assim apresentada:

	Processos fiscais	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	478.306	7.003	5.524	490.833
Atualização/Encargos	4			4
Constituição		2.618	2.129	4.747
Reversão		(3.738)	(2.835)	(6.573)
Pagamento		(1.935)	(1.413)	(3.348)
Saldo final em 30 de junho de 2017	478.310	3.948	3.405	485.663
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	478.777	9.724	25.589	514.090
Atualização/Encargos	(536)			(536)
Constituição	2.497	2.383	4.380	9.260
Reversão	(2.432)	(3.266)	(18.439)	(24.137)
Pagamento		(1.838)	(6.006)	(7.844)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	478.306	7.003	5.524	490.833

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social está representado por 2.649.299.136 ações ordinárias (2.500.520.388 em dezembro/2016), todas nominativas e sem valor nominal.

Foi deliberado pelos acionistas e aprovado em AGE realizada em 31 de março de 2017, o aumento de capital social no montante de R$ 67.693 passando-o de R$ 599.780 para R$ 667.473, com a emissão de 148.778.748 ações ordinárias, calculadas pelo valor patrimonial da ação apurado na data-base de 31 de janeiro de 2017.

Em 24 de maio de 2017 (DOU de 25 de maio 2017) este aumento de capital foi aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP nº 371.

19.2 Reservas de capital

Montam a R$ 226.483 assim composta:

- Reserva especial de ágio contabilizada na data base de 31 de outubro de 2005 através da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da FARAG Participações S.A. pela Tokio Marine Seguradora S.A., no valor de R$ 222.937 (R$ 222.937 em 2016), sem aumento de capital, e de acordo com os termos estabelecidos no Protocolo de Incorporação e Justificação de 25 de outubro de 2005.

- Reserva originada por incentivo fiscais no montante de R$ 2.458 (R$ 2.458 em 2016).

- Juros sobre capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas minoritários conforme previsto no estatuto social no montante de R$ 1.088 (R$ 1.088 em 2016).

19.3 Reservas de reavaliação

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado com

base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados.

19.4 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5 % do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976.

(b) Reserva estatutária

Esta reserva é constituída através da parcela de lucro líquido apurado em cada exercício social, com o objetivo de preservar a manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para a distribuição de dividendos extraordinários.

19.5 Destinação do lucro do semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2017, a Seguradora apurou Lucro Líquido no valor de R$ 67.429 destinando R$ 40.688 para pagamento de juros sobre o capital próprio.

O crédito dos juros sobre o capital próprio foi aprovado e em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de Junho de 2017 *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 31 de Março de 2018.

19.6 Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram creditados no 1º semestre de 2017 e no exercício de 2016 juros sobre o capital próprio no valor de R$ 40.688 (R$77.439 no ano de 2016), calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), *pro rata die*. Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados como "Despesas financeiras", conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o valor provisionado foi reclassificado, sendo apresentado como destinação do lucro conforme destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social foram reduzidos em R$ 18.309 (R$ 34.848 em 2016), em decorrência da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio da base de cálculo destes tributos.

20 Patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR)

A Resolução CNSP nº 321/15, estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros.

O critério estabelecido define que o PLA da Seguradora deverá ser maior ou igual ao CMR no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é corresponde ao capital-base e capital de risco, o maior entre esses dois valores.

O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido está assim representado:

Descrição	30/06/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido	1.231.510	1.122.289
(-) Participações societárias	1.112	1.151
(-) Despesas antecipadas	9.687	4.936
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas (Nota 9.2)	82.854	82.854
(-) Ativos intangíveis (Nota 14)	26.559	27.621
(-) Obras de arte	209	209
(+) 50% canais de comercialização até 15% do CMR	8.720	10.940
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios (i)	9.367	8.519
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.129.176	1.024.977
Capital-base (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	753.196	696.895
Capital adicional de risco de crédito	107.822	107.976
Capital adicional de risco de mercado	33.026	29.983
Capital adicional de risco operacional	25.839	25.638
Benefício da diversificação	(72.187)	(69.652)
Capital de risco (b)	847.696	790.840
Capital mínimo requerido (CMR)	847.696	790.840
Liquidez do ativo		
Suficiência de capital (PLA – CR)	281.459	234.118
Ativos líquidos (Nota 17.3) (AL), sendo:	320.819	400.398
Ativos necessários para liquidez (20% do CR)	169.539	158.168
Liquidez em relação ao CR (AL – (20% do CR))	151.280	242.290
Liquidez do ativo (AL/CR)	38%	51%

(i) Refere-se a variações dos valores econômicos e sua apuração é realizada através de cálculos que consideram por base o TAP – Teste de Adequação de Passivos.

21 Partes relacionadas

A Administração identifica como partes relacionadas a sua controladora (Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co Ltd.) e outras empresas que compõem o Grupo Tokio Marine Holding Inc. e seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da administração e seus familiares conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

					30/06/2017
Tipo Operação	**Parte Relacionada**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Despesa**
Despesas comuns	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance CO. Ltd	69		59	1
	Tokio Marine Holdings				133
	Tokio Marine North America				71
		69		59	205
Resseguro	Tokio Marine Millenium	7			
Resseguro	HCC International Insurance CO.			648	15
Resseguro	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance CO. Ltd	2.125	5.505	5.663	2.792
		2.201	5.505	6.370	3.012

					31/12/2016
Tipo Operação	**Parte Relacionada**	**Ativo**	**Passivo**	**Receita**	**Despesa**
Despesas comuns	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance CO. Ltd	145		116	185
	Tokio Marine Holdings	282			1.269
	Tokio Marine North America				93
		427		116	1.547
Resseguro	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance CO. Ltd	1.044	7.089	7.480	13.397
		1.471	7.089	7.596	14.944

Despesas comuns com as empresas Tokio Marine & Nichido Fire Insurance CO. Ltd., Tokio Marine Holding Inc. e Tokio Marine North America, referem-se principalmente à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a esta utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

A remuneração do pessoal-chave da Administração, compreendendo empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora compreende R$ 4.634 (R$ 5.342 em Junho de 2016).

22 Prêmios emitidos

Os prêmios de seguros emitidos líquidos de cancelamento, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguros estão assim compostos:

	30/06/2017	30/06/2016
Automóvel	1.475.412	1.186.311
Patrimonial	319.025	384.300
Pessoas	161.389	171.796
Transportes	131.121	120.243
Responsabilidades	119.396	73.199
Riscos financeiros	46.110	37.503
Rural/Animal	24.009	14.932
Habitacional	15.741	11.354
Riscos especiais	9.088	10.157
Cascos	5.129	7.035
Demais ramos	12.500	35.517
	2.318.920	2.052.347

23 Composição prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição

Os principais ramos que a Seguradora opera e seus principais indicadores de desempenho em 30 de junho de 2017 e 2016 são:

	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custo de aquisição			
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	Percentual	30/06/2016	Percentual	30/06/2017	Percentual	30/06/2016	Percentual
Automóvel	1.294.273	1.199.434	826.202	64	792.536	66	254.317	20	236.922	20
Pessoas	160.757	172.218	62.777	39	86.145	50	68.962	43	74.958	44
Demais ramos	629.000	585.096	392.209	62	449.604	77	137.650	22	136.039	23
	2.084.030	1.956.748	1.281.188	61	1.328.285	68	460.929	22	447.919	23

No quadro acima não estão consideradas as operações de resseguro.

23.1 Prêmios ganhos

	30/06/2017	30/06/2016
Prêmios emitidos	2.625.030	2.272.203
Prêmios cancelados	(372.367)	(292.439)
Prêmios restituídos	(20.045)	(22.291)
Prêmios de cosseguros aceitos	81.585	73.979
Prêmios de cosseguros cedidos	(54.068)	(63.157)
Prêmios DPVAT	54.964	77.741
Prêmios riscos vigentes não emitidos	3.821	6.318
Retrocessões		(7)
Variação das provisões técnicas de prêmios	(234.890)	(95.599)
	2.084.030	1.956.748

23.2 Sinistros ocorridos

	30/06/2017	30/06/ 2016
Indenizações avisadas	(1.203.534)	(1.292.129)
Provisão de despesas relacionadas	(46.942)	(33.932)
Recuperação de sinistros	9.703	23.043
Salvados	92.332	96.677
Ressarcimentos	8.079	19.656
Variação provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(28.769)	(45.302)
Serviços de assistência	(112.057)	(96.298)
	(1.281.188)	(1.328.285)

23.3 Custos de aquisição

	30/06/2017	30/06/2016
Comissão sobre prêmios	(384.078)	(369.511)
Recuperação de comissão	8.223	9.393
Outros custos de aquisição	(113.220)	(95.281)
Variação do custo de aquisição diferido	28.147	7.480
	(460.928)	(447.919)

24 Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2017	30/06/2016
Receitas operacionais de seguros	7.918	12.447
Despesas com assessorias	(12.982)	(14.732)
Despesas com cobrança	(10.673)	(4.366)
Redução ao valor recuperável	(12.414)	(1.236)
Despesas com encargos sociais	(2.387)	(2.111)
Despesas com provisões cíveis (nota 18.1)	(621)	10.116
Despesa com desenvolvimento de vendas	(883)	(650)
Despesas com rastreamento/monitoramento	(6.132)	(2.997)
Despesas com consultas à base de dados	(7.587)	(7.050)
Despesas com gerenciamento de riscos	(1.100)	(1.628)
Despesas com transmissão de dados	(2.365)	(3.730)
Despesas com produtos agregados	(1.440)	(1.812)
Consórcio DPVAT	(579)	(2.148)
Outras	(6.367)	(464)
	(57.612)	(20.361)

25 Resultado com resseguro

25.1 Receita com resseguro

	30/06/2017	30/06/2016
Indenização a recuperar	171.548	239.861
Recuperação de despesas com sinistro	6.755	1.943
Variação da provisão de sinistro	1.909	1.402
Receitas com participações em lucros	-	1.290
	180.212	244.496

25.2 Despesa com resseguro

	30/06/2017	30/06/2016
Prêmio	(217.123)	(221.059)
Variação da despesa de resseguro	17.440	30.800
Participação da resseguradora em recuperação de salvados	(7.686)	(12.665)
	(207.369)	(202.924)

25.3 Outros resultados com resseguro

	30/06/2017	30/06/2016
Outras receitas e despesas com resultado de resseguro	(547)	(2.130)
Redução ao valor recuperável	(10.420)	167
	(10.967)	(1.963)
	(38.124)	(39.609)

26 Despesas administrativas

	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com administração/pessoal	(135.767)	(127.297)
Despesas com serviços técnicos de terceiros	(24.748)	(23.565)
Despesas com localização e funcionamento	(25.921)	(26.029)
Despesas com publicidade e propaganda	(6.640)	(6.106)
Outras despesas	(4.840)	(3.757)
	(197.916)	(186.754)

27 Despesas com tributos

	30/06/2017	30/06/2016
PIS	(8.396)	(7.716)
COFINS	(51.257)	(47.097)
Taxa de fiscalização	(1.991)	(1.952)
Outras	(1.913)	(2.256)
	(63.557)	(59.021)

28 Resultado financeiro

28.1 Receita financeira

	30/06/2017	30/06/2016
Títulos de renda fixa	132.489	150.154
Títulos de renda variável	3.592	3.749
Operações de seguros	46.097	32.812
Atualização de créditos tributários	900	1.566
Fundos de investimentos	12.754	12.196
Outras	4.915	6.610
	200.747	207.087

28.2 Despesa financeira

	30/06/2017	30/06/2016
Títulos de renda variável	(3.382)	(2.674)
Títulos de renda fixa	(936)	(194)
Operações de seguros e vida individual	(70.397)	(35.359)
Outras	(8.082)	(16.919)
	(82.797)	(55.146)
	117.950	151.941

Diretoria

José Adalberto Ferrara – Diretor-Presidente

Luis Felipe Smith de Vasconcellos - Diretor Executivo

Marcelo Goldman - Diretor Executivo

Valmir Marques Rodrigues - Diretor Executivo

Masaaki Itakura - Diretor Executivo

Adilson Ignácio Lavrador – Diretor Executivo

Atuário

Russiel Moscon – MIBA 983

Contador

Sérgio Ricardo Yamazaki - CRC 1SP199685/O-0

Conselho de Administração

José Adalberto Ferrara – Conselheiro-Presidente

Akira Harashima – Conselheiro

Misao Shinohara – Conselheiro

Tokio Marine Seguradora S.A.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria
Semestre findo em 30 de junho de 2017

Ilmos. Srs.
Membros do Conselho de Administração da
Tokio Marine Seguradora S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria da Tokio Marine Seguradora S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Segurar Privados - Susep, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2017, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: (i) entrevistas com a alta administração e com os gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *Compliance*; (iii) avaliação do planejamento e do escopo dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura e funcionamento dos sistemas de controles internos, *Compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *Compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis as atividades da Seguradora.

O Comitê atua através de reuniões e conduz analises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias analises decorrentes de observação direta.

O Comitê manteve reuniões com áreas de contabilidade e controladoria, de controles internos e *Compliance,* de gestão de riscos, com os auditores independentes e com os auditores internos, dentre outras.

Tokio Marine Seguradora S.A.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria
Semestre findo em 30 de junho de 2017

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o planejamento dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê, acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor Presidente e outros membros da diretoria da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de identificar e apresentar sugestões a Administração para aprimoramento dos controles internos e da gestão de riscos e acompanha a sua efetiva implementação nos prazos previstos.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação, das demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A. correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

31 de agosto de 2017

José Rubens Alonso	**Leopoldo Guimarães Barros**	**Sérgio Moreno**
Coordenador do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria	Membro do Comitê de Auditoria